

IX CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Promovido pela Secção de História da Educação (Portugal) e
pela Sociedade Brasileira de História da Educação (Brasil)

Universidade de Lisboa, nos dias 12 a 15 de julho de 2012 (<http://colubhe2012.ie.ul.pt/>)

UM SÉCULO SOBRE O PROJETO DE AFONSO LOPES VIEIRA PARA AS CRIANÇAS E AS ESCOLAS PORTUGUESAS

Cristina Maria Alexandre Nobre

Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s) / Escola Superior de Educação e Ciências Sociais /
Instituto Politécnico de Leiria
cnobre@ipleiria.pt

AS NOSSAS CREENÇAS

Para educar as crianças é necessário amá-las. As escolas devem ser o prolongamento dos berços. Por isso os grandes educadores, como Froebel, têm uma espécie de virilidade maternal. § O leite é o alimento do berço, o livro o alimento da escola. Entre ambos deverá existir analogia: pureza, fecundidade, simplicidade.

Livros simples! nada mais complexo. Não são os eruditos gelados que os escrevem; são as almas intuitivas que os adivinham.

Guerra Junqueiro (1881) "Duas Palavras" in *Contos para a Infância. Escolhidos dos melhores autores*, Lello e Irmão, Porto, 1987, pp. 5-6.

A história da educação, nas primeiras duas décadas do século XX, foi feita por intelectuais cujas aspirações políticas nem sempre se relacionavam diretamente com a República então emergente, mas que atuavam já de acordo com a partilha que a imprensa de então possibilitava, divulgando, partilhando e suscitando polémicas que revelavam grande parte do pensamento mais arrojado sobre a educação e a pedagogia em Portugal. Afonso Lopes Vieira, sendo por então considerado um dos primeiros escritores para a infância e juventude reconhecido e honrado com o êxito e sucesso de vendas do livro de poemas de 1911 *Animais nossos amigos*, distinguir-se-á menos - embora surpreendentemente - como teórico do sistema educativo.

Em 4 de Fevereiro de 1912, em *A Capital*, publicou um longo e polémico artigo, intitulado "As nossas creanças", acompanhado da reprodução de um desenho inédito do arquiteto Raul Lino com um projeto de escola primária. A escrita do artigo resultou da tristeza provocada pela inconclusiva visita de cortesia feita pelo poeta e Raul Lino ao presidente da República de então, Manuel de Arriaga, para lhe oferecerem um exemplar dos *Animais Nossos Amigos* [ANA], publicado no Natal do ano anterior, e para o convencerem a implementar a construção de escolas primárias segundo o modelo tradicionalista e regionalista concretizável com o desenho de Raul Lino.

Virgínia de Castro e Almeida, amiga pessoal dos autores em questão e com trabalho de vulto na educação infantil e na pedagogia, escreve uma "Chronica Literaria" em que, julgo, se refere a esta desilusão como uma motivação para e um despoletar do programa virado para a vertente educativa das crianças:

[...] Imagino que esse artigo ["As nossas creanças"?] foi dictado pela reacção do seu espirito depois da grande tristeza causada pelo que, a pouco e pouco, lhe pareceu o desabar de um sonho... § [...] Perdeu a

fé nos que dirigem os nossos destinos e voltou-se, todo fremente, para o futuro. § [...] § E o poeta (cuja patria era o mundo e cuja bem-amada era a Natureza) renuncia de repente aos seus extasis em frente do infinito e curva-se cheio de solicitude e de amor para as creanças da sua terra. (Almeida 1912)

Provavelmente Virgínia de Castro e Almeida terá encontrado a explicação para que na sequência de uma fase de euforia construtiva, Lopes Vieira reagisse criticamente, incomodado com a distância a que a implementação de medidas concretas para a educação nacional ficava do ideal — a 'crença profunda' demonstrada nas crianças, *unicos cidadãos immaculados* da terra portuguesa.

O PARTIDO INFANTILISTA...

Leiam-se as quatro teses em que o pensamento de Lopes Vieira se vai expandir — embora o autor soubesse que corriam *o risco de parecer dogmáticas e pedantes* (art. cit.) — por tudo aquilo que nelas transparece de diálogo ininterrompido com o queixume de Eça de Queirós na bastante conhecida *Carta de Inglaterra* dedicada à "Literatura de Natal". Nesse texto, Eça de Queirós dava-se conta da ausência de uma literatura dedicada à infância em Portugal e do pouco cuidado dispensado no nosso país às questões educativas relativas à infância. O texto de Eça é sobejamente conhecido, mas vale a pena recordá-lo nos pontos que mais directamente nos tocam:

[...] A França possui também uma literatura tão rica e útil como a de Inglaterra; mas essa Portugal não a importa: livros para completar a mobília, sim; para educar o espírito, não. § A Bélgica, a Holanda, a Alemanha, prodigalizam estes livros para crianças; na Dinamarca, na Suécia, eles são uma glória da literatura e uma das riquezas do mercado. § Em Portugal nada. § Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal lêem as pobres crianças. Creio que se lhes dá Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões, quando os infelizes mostram inclinação pela leitura. § Isto é tanto mais atroz quanto a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa. Em geral, nós outros os portugueses só começamos a ser idiotas — quando chegamos à idade da razão. Em pequenos temos todos uma pontinha de génio: e estou certo que se existisse uma literatura infantil como a da Suécia ou da Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual.[...] (Queirós. sd.: 526)

Descubram-se as teses de Afonso Lopes Vieira, no artigo considerado, como uma tentativa de resposta às feridas apontadas pelo atento Eça no final do século XIX:

1.º — As creanças portuguesas, possuindo uma intelligencia vivissima e uma aptidão brilhante, auctorisam-nos a esperar os mais brilhantes resultados — desde que dediquemos a mais carinhosa atenção ao problema da sua educação. Urgia, para isso, que uma larga iniciativa particular despontasse, e que o Estado se não empenhasse em a desanimar. Não nos preocupemos, pois, com os adultos. Para não perdermos tempo!

2.º — Criar-se-hia uma divida especial, destinada á educação infantil (comprehendendo instrucção primaria, maternidades, jardins de

infancia, etc.), com inscrição á parte no orçamento. Inutilizar-se-iam todas as escolas do Estado, e construir-se-iam, empregando os materiaes proprios de cada região, outras tantas e muitas mais escolas do tão lindo typo indicado na gravura, desenho inedito, original do architecto Raul Lino. Construidas, seria preciso decoralas, florindo-as e pondo nas suas paredes, em vez de mappas gordurosos, pendurados nos pregos ferrugentos, a alegria dos chromos e dos frizos, preparando assim as gerações futuras para a maior alegria que um bom latino pode gosar, — a admiração, — e para que venham a tratar com menos selvageria do que seus maiores as paisagens e as coisas bellas da sua grey.

3.º — *Importar-se-hiam dos paizes mais cultos professores idoneos para nos ensinarem a risonha disciplina que nos falta, e a precisão dos seus methodos, que desconhecemos.*

4.º — *Crear-se-hia um partido pedagogico ou infantilista, — o que mais razão de existência viria a ter, — e seria o d'aquelles cujos habitos de independencia espiritual lhes não permitem que militem n'outro, — o d'aquelles que nas creanças confiam, para ellas trabalham e d'ellas esperam; o partido dos que preferem mil vezes a historia das amoras a tantas outras historias, por egual phantasistas, — mas muito menos graciosas." (art. cit.)*

Lopes Vieira é nestas duras palavras um crítico atento do seu próprio tempo, pois não se fica pelo simples lamento de uma situação deplorável em termos educativos, mas procura indicar alguns caminhos pragmáticos de intervenção. A subversiva e irónica proposta da criação de um partido *infantilista* deve ser vista como uma reacção construtiva à proliferação estéril das agremiações políticas durante a I.ª República. A ideia essencial seria permitir uma regeneração do sistema educativo e, com ele, um "desabrochar da *alma moderna* que nos falta" (*art. cit.*) – nunca uma proliferação sem objetivos nem finalidades.

A ESCOLA E A REGIÃO

Em 1916, Afonso Lopes Vieira não tinha desistido dos seus intentos e escreve uma carta ao Presidente da Sociedade dos Estudos Pedagógicos, submetendo-lhe um projecto de decoração de Escolas primárias portuguesas, de inspiração *nacional* e *regional*, que procurava ao mesmo tempo enaltecer a Pátria e glorificar as indústrias tradicionais e domésticas. Numa visão estética da sala de aula, preconizava uma decoração em que se empregassem os produtos e objetos característicos das indústrias regionais, o que, além de criar um ambiente propício, transformaria as escolas em *museus populares*, afirmativos de uma paisagem específica e do carácter das gentes que a povoavam. É notório que tenha querido que o ensaio atravessasse o tempo, seleccionando-o para incluir no seu 1.º volume de ensaios, *Em demanda do Graal*, publicado em 1922, e a abrir a secção "Páginas Soltas e folhas de Diário", transformando-o na prioridade das suas quotidianas campanhas. Provavelmente, deu-nos a ler a atualidade de certos projetos e a dificuldade em fazê-los chegar à realização:

DECORAÇÃO DE ESCOLAS

[...] o seguinte projecto de decoração de Escolas primárias portuguesas, aqui sumariamente exposto. — O pensamento que o inspira é nacional e regional: robustece a verdade immortal da Pátria e glorifica as indústrias tradicionais e domésticas. Será, pois, com os produtos dessas indústrias, (dispostos por jeitosas e amoráveis mãos)

que as Escolas serão enfeitadas. Empregar-se-hão as faianças, os barros, os tecidos, os móveis, os objectos de uso rural, pastoral e marítimo que o instinto estético do povo concebeu.

Conseguir-se-há deste modo, e em condições de economia que permitem puma realização imediata, abrir o mais enternecido sorriso e criar um propício ambiente em aulas que, até aqui, atraíam ou escarneciam das melhores iniciativas dos educadores. Cada Concelho, cada região, virão a dar para as suas aulas o melhor da sua tradição de trabalho, de engenho e graça laboriosa. As aulas serão também os museus populares onde se respire a alma da paisagem e se afirma o carácter da gente que a povoa.

Esta feição diferencialmente regional, que importará manter na sua pureza etnográfica, será completado com o pensamento da unidade nacional. [...] (Vieira 1922: 287-288)

Lopes Vieira esboçava na história da educação aquele que será o seu lema mais reconhecido do *reaportuguesar Portugal fazendo-o europeu*, mostrando que os intuitos e indústrias da tradição de uma região são fundamentais para reforçar a identidade de uma nação, encontrando neles a essência cultural da idiosincrasia na faixa etária em que se inscreve consciente e inconscientemente, sem impedir a pertença a espaços maiores. Entender o que é próprio significará respeitar com mais propriedade o que parece alheio e é composto por fios retalhados do todo.

Agostinho de Campos escrevia uma crónica para o *Comércio do Porto*, em 5 de Julho de 1916, intitulada "Escola e Região" (Campos 1916), em que dava conta da importância deste projeto de Lopes Vieira e das realizações concretas que teve, numa clara demonstração da exequibilidade de alguns dos seus intentos educativos:

[...] Para dar corpo ao pensamento do poeta, vai realizar-se dentro de pouco em Lisboa uma exposição de algumas aulas, ornamentadas segundo o modelo que elle concebeu e alvitrou. § E muito bom seria que esta iniciativa fructificasse amplamente por todo o paiz, não só para embelezar as aulas e educar as creanças, mas para nos aproximar de um objectivo de maior alcance nacional, como era decerto o ressurgimento e o aperfeiçoamento de tantas manifestações de arte popular expontanea, que se tem desprezado ou perdido, e até a criação de novas fórmulas, da actividade esthetica do povo, de accôrdo com os recursos da natureza regional. [...] § [...] o nosso ensino primario ou technico, burocratisado e centralizado pelo absolutismo sufocante em que temos vivido, e continuamos a viver, é incapaz de reanimar a vida local que elle proprio abafou, e assim vai adiando para nunca mais a organização da verdadeira escola do povo: a que chega a Realidade partindo da Região, em vez de attingir apenas o Orçamento pela via do Terreiro do Paço.

Para que o sentimento da *unidade nacional* não fosse descurado, Lopes Vieira sugeria uma visualização simbólica do cânone da portugalidade recriado em grande parte da sua produção escrita, naquilo que podemos ler como uma emblematologia da sua poética:

Em todas as aulas se afixará um painel de azulejo com a imagem de Camões, encimada pelas Armas de Portugal. § Emmolduradas segundo um modelo estabelecido, serão dependuradas na parede as gravuras dos Painéis de São Vicente. Sôbre a mesa do professor, colocar-se-hão uma ou duas reduções de esculturas de Soares dos

Reis. Na realização dêste projecto ouvir-se-hão os directores dos museus provinciais. A Sociedade de Estudos Pedagógicos deverá organizar em Lisboa uma exposição de três modêlos da decoração projectada: — tipo de campo ou planície, de serra e marítimo. (Vieira 1922: 288)

Ao ler as *Cartas sobre a Educação Profissional* de António Sérgio, dirigidas ao diretor da Academia de Estudos Livres e publicadas em 1916 nas edições da 'Renascença Portuguesa', rapidamente encontraremos ideias semelhantes às de Afonso Lopes Vieira, embora a proposta de Sérgio contenha todo um plano curricular com objetivos, conteúdos, estratégias e atividades, organização dos tempos lectivos, para aquilo que hoje designamos por educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico — proposta que continua a fornecer respostas interessantes às modernas investigações sobre o desenvolvimento infantil. Com um acentuado pendor pragmático, a imagem de escola nova, ideada por Sérgio, não foge às diretrizes sugeridas por Lopes Vieira:

[...] duas palavras sobre a escola. Deveria haver nela: modelos de alfaia agrícola desde a primitiva á mais aperfeiçoada; amostras de produtos industriais em varios graus de elaboração e ferramentas usadas no seu fabrico; fotografias ou gravuras das regiões de proveniencia e dos logares de manufactura; copias de quadros cujo tema é um trabalho agrícola ou industrial (as industrias representadas seriam de preferencia as regionais); uma loja onde os alunos medissem, pesassem e vendessem aos condiscipulos toda especie de objectos contra tentos de cartão imitativos da nossa moeda; uma tipografia. A aula daria a um tempo a impressão de uma sala (familiar, alegre e florida) e de um laboratório ou de uma oficina, — mais proxima de qualquer dêstes dois tipos segundo as circunstancias especiais. (Sérgio 1916: 16-7)

PROGRAMA EDUCATIVO E REFORMISTA FINISSECLAR

Pois bem: eu tenho a certeza que uma tal literatura infantil penetraria fãcilmente nos nossos costumes domésticos e teria uma venda proveitosa. [...] Eu bem sei que esta ideia de compor livros para crianças faria rir Lisboa inteira. Também, não é a Lisboa que eu a ofereço. Lisboa não se ocupa destes detalhes. [...] Mas, enfim, se estas linhas animassem aí no Brasil, ou entre a colônia portuguesa, um escritor, um desenhista e um editor, a prepararem alguns livros, bem engraçados, bem alegres, para os bebês — eu teria feito ao Império um serviço colossal, que não sei como me poderia ser recompensado.

Eça de Queirós, "Literatura de Natal" in *Cartas de Inglaterra*, vol. II das Obras de Eça de Queiroz, Lello e Irmão, Porto, sd., pp. 526-7.

Para ficarem devidamente enquadradas, as teses e as propostas de Lopes Vieira, bem como as dos seus companheiros de geração, devem relacionar-se não apenas com as referidas e mordazes críticas de Eça de Queirós, mas com todo um programa de índole educativo e reformista, protagonizado pela anterior geração literária, de que são modelos exemplares Garrett, Herculano, Antero de Quental e Castilho, cada um à sua maneira consciente da importância básica da educação na consolidação de um regime

progressista e verdadeiramente democrático. Simplificando, podemos dizer que os habitava uma fervorosa crença na possibilidade de regeneração operada pela educação, e todos eles dissertam sobre temas educativos e acabam por subordinar "toda a sua produção literária a uma elevada missão cívica de pedagogia literária e social, reconhecida e louvada pelos seus contemporâneos, que os consideram como mestres que lhes inculcam lições exemplares." (Ferro 1984: 639).

António Feliciano de Castilho foi o responsável pela criação de um novo método de iniciação à leitura, denominado *método repentino* ou *método português*, e foi um lutador incansável por um novo sistema de ensino popular com a criação de novas escolas primárias, tanto para rapazes como para raparigas, que contribuíssem para uma profunda alteração da estagnação da educação portuguesa.

Vejam alguns dos livros em que António Feliciano de Castilho explana sobre esse novo método de ensino da leitura: 1849, *Noções rudimentares para uso das escolas*, Tip. Castilho, Ponta Delgada; 1850, *Leitura repentina. Método experimentado e efficacíssimo para, em poucas lições e com muito recreio, se aprender a ler*, Lisboa; 1851, *Tratado de mnemónica para aprender muito em pouco tempo*, Imprensa-Nacional, Lisboa; 1853, *Método português Castilho para o ensino do ler e escrever*, Imp. Lucas Evangelista, Lisboa. Nas *Cartas sobre as Escolas Populares* (1859), sem querer transformar o seu método no único a adoptar, demonstra a facilidade e naturalidade da sua utilização, bem como a sua eficácia:

[...] Apresenta-se a creança ao instituidor, fallando apenas a língua materna; adultera-lhe os vocabulos, vicia-lhe a pronuncia. Ensinar-lhe a fallar é a primeira necessidade;? quem não fallar correctamente, como ha de correctamente ler e escrever? § Haverá para isso expediente? ha-o tão facil como efficaz: é a decomposição da palavra fallada em sillabas, e a cada sillaba nos seus elementos sonicos. Reduzir a palavra que se ouviu inteira a sillabas e elementos, é a chamada escripta auricular; dos elementos ouvidos tirar, como somma, a palavra inteira, é a leitura auricular. Figurar-se-ão difficeis estas operações a quem não as presenceou, mas perfazem-se em poucos dias. / [...] Eis aqui em globo o methodo portuguez; ? mas qual o modo que elle revestiu para se converter num verdadeiro beneficio social, num progresso evidentissimo? o modo simultaneo, o simultaneo estreme, rigoroso, perfeito. [...] / [...] O methodo portuguez é a Cintra intellectual desbravada. [...] (Ribeiro e Castilho 1859: 28, 30 e 32)

Enquanto Presidente da "Associação Promotora da Educação Popular", sob a forma de carta de agradecimento a Casal Ribeiro (que oferecera um donativo para a construção de uma escola para raparigas), Castilho defende a criação de um novo conceito de ensino e educação, definindo — com palavras que conservam uma moderna atualidade — o que considera ser uma *boa escola*:

A boa escôla compõe-se essencial e indispensavelmente de muitos requisitos: deve ser moralmente attractiva, intellectualmente attractiva, e até materialmente attractiva; deve ensinar o mais possivel, o melhor possivel, e no menos tempo possivel; tem obrigação impreterivel de semear na infancia os sentimentos christãos que se apprendem na pratica do amor mutuo, e não na lettra morta de phrases decoradas; incumbe-lhe ser immaculada até da mais tenue sombra de sevicias; tem de dar conta ao Creador e tambem á

sociedade do como conciliou ou deixou de conciliar os tres elementos de cada um dos individuos que se lhe confiaram: o intendmento, o coração, o corpo. (Ribeiro e Castilho 1859: 25)

A defesa das escolas femininas passa pela crença na capacidade intuitiva das mulheres, depois de devidamente educadas e preparadas, se transformarem nos melhores instrumentos de uma educação natural dos seus próprios filhos. A *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura* de João de Deus, de 1876, inscreve-se precisamente nesta linha duma pedagogia naturista, herdeira dos estudos do alemão Froebel e do suíço Pestalozzi, bem como dos conhecimentos sobre a criança e seu desenvolvimento que a ciência da psicologia vinha fazendo e lutando por introduzir numa necessária renovação das práticas pedagógicas de então. Assim se exprime João de Deus na introdução ao seu método: "[...] Às mães, que do coração professam a religião da adorável innocencia e até por instinto sabem que em cerebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violencia pôde deixar vestígios indeleveis, offerecemos neste systema profundamente prático o meio de evitar a seus filhos o flagello da cartilha tradicional." (Deus 1876: VIII).

A preocupação que os dois métodos de iniciação à leitura revelam com metodologias mais naturais, mas também mais rápidas, de aprender a ler, não pode deixar de se relacionar com a elevada taxa de analfabetismo em Portugal, que ultrapassava os 75%, sabendo-se que 17,5% do total das paróquias portuguesas não tinham escolas primárias (Gomes, 1986: 54). Em estudo sobre a educação infantil durante a I.^a República, Ferreira Gomes mostra como uma certa desorientação transformou os excelentes ideais educativos de toda uma geração em débeis alterações no tecido social e educativo da época:

Seria de pensar que, perante esta dolorosa realidade, os homens da I.^a República, a quem se não pode negar idealismo, iriam fazer incidir os seus esforços educativos na escola primária. Aconteceu, porém, que abriram combate em todas as frentes, desde o ensino infantil ao universitário, o que, dadas as precárias condições económicas do país e a instabilidade política — em 16 anos, houve 46 Ministérios... —, não permitiu alcançar autêntico êxito em nenhum dos sectores. (id., *ibidem*)

A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O interesse pelas questões pedagógicas estava, realmente, na ordem do dia, e João de Barros, em 1911, publica, com o título de um dos ensaios que pertence ao volume — *Nacionalização do Ensino* — um conjunto de reflexões sobre os mais variados temas educativos, que incluem os três grandes pedagogos portugueses da época¹, Castilho, D. António da Costa e João de Deus, passam pela revisão dos novos sistemas de ensino propostos, quer para a instrução primária, quer para a nova universidade, sem esquecer o modelo das novas 'escolas móveis pelo methodo de João de Deus', e a paternidade ideológica devida a Herculano. Partindo do princípio que "a educação e o ensino portugueses são absolutamente falhos de character e de orientação nacionaes, e precisam de se nacionalisar para que verdadeiramente se tornem proveitosos e fecundos" (Barros

¹ Por algum motivo (apenas o facto de ainda estar entre os vivos?) escapou a João de Barros uma referência a Adolfo Coelho, então já com um trabalho considerável na área.

1911: 11), João de Barros pretendia que o advento político da pátria, com a jovem República, tivesse uma sequência moral e intelectual. Inclusivamente, identificava alguns artistas e educadores do seu tempo dentro desse movimento de evolução nacional:

Leiam-se os poetas Augusto Gil, ou Affonso Lopes Vieira; vejam-se os trabalhos do architecto e decorador Raul Lino; observe-se a tendencia dos novos escriptores, que em revistas ou em livros, teem já deixado um rastro seguro de talento. Ha n'elles, não só o predominio da nossa sensibilidade ancestral, como tambem — segundo me parece — um intuito, uma especie de apostolado que vae dando resultados cada vez mais visiveis. Em pedagogia, além da admiravel tarefa que se impuzeram, em Coimbra, Antonio Augusto Gonçalves e o Dr. Teixeira de Carvalho, creando uma educação profissional e artistica que em nada se inspirou do estrangeiro, duas tentativas, pelo menos, ou antes duas bellas realizações permitem-me dizer tambem que o movimento nacional foi já iniciado: — uma é a Escola-Official n.º 1 [...]; outra é o Jardim-Escola João de Deus, em Coimbra, viveiro de creanças a que preside o espirito do nosso grande educador [...]. (idem: 17-8)

Na verdade, a *Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus*, criada em 1882 por Casimiro Freire, e que em 1907, por ocasião da reforma dos seus Estatutos, acrescentara à designação original, *Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas*, vai desempenhar um papel importantíssimo como afirmação teórica de um ideal educativo e como exemplo prático da sua eficácia. Tinha como um dos seus objectivos: "[...] Instituir 'jardins-escolas' para crianças de três a sete anos, onde seja aplicado, com toda a sua plenitude, o espírito e doutrina da obra educativa de João de Deus, modelando assim um tipo português de escola infantil." (Gomes 1986: 51).

Várias entidades vão colaborar com entusiasmo na angariação de fundos para a construção do 1.º Jardim-Escola João de Deus, merecendo destaque o Orfeão Académico, dirigido por António Joyce. Também Afonso Lopes Vieira encontra nesta causa um ideário com o qual se identifica e no qual participa ativamente. O produto da venda da sua conferência de 1910, *O povo e os poetas portugueses* [PPP], destina-o à Escola-monumento João de Deus, em Lisboa e oferece o poema "As Gaivotas", então inédito, para ser incluído no folheto comemorativo *Festival para o Jardim-Escola João de Deus em Coimbra*².

Há um apontamento manuscrito de Afonso Lopes Vieira, transcrito e tornado público no que julgo ter sido o seu diário de anotações intitulado *Notas Diversas* (Nobre 2005 II: 350), que tem como referente directo este ato cívico de empenhamento e refere-se e é o esboço do artigo que escreverá sobre o Concerto a favor da Escola:

Artigo Luta Subscrição Escola M.

A todo o observador sereno, se afigura q. a doença de Portugal é o odio. A dividir as gentes desta piquena casa lusitana, como lhe chamou belamente Camões, ha toda a carta de odio — o odio de cima, ostentando gram cruces, e o odio de baixo, trajando blusa. Ha-o de todas as cores: o odio azul, o odio vermelho, o odio branco, e por quase todos atizado, injustos, como são sempre os odios. [...]

² Há um exemplar desse folheto de 8 pp., 14 x 22 cm., Salão Nobre do Casino Peninsular, 28 de Setembro de 1910, Typ. Popular de Manuel J. Cruz, Figueira, no espólio da BMLALV [A44, n.º 32476].

Dum jornal da época, retirei um excerto das palavras ditas por Afonso Lopes Vieira no "Concêrto a favor do Jardim-Escola", que mostram bem a admiração do poeta por João de Deus e o seu trabalho poético em fuga ao tempo:

João de Deus foi um herói do Espírito. Foi, em toda a magnífica, tão seria e tão obliterada acepção desta palavra — um poeta. Quere dizer — foi um sacerdote da Alma, criador de Emoção eterna e de Beleza espiritual.

Palavra tão maltratada, esta pobre palavra poeta, que costuma ser conferida a quem se entrega a esse trabalho, fácil por mecânico, e tão comum em verdade, de fazer versos, para empregar uma expressão vulgar e horripilante.

João de Deus nunca fez versos.

Ritmo, sim, debruçando-se no encantador misterio da sua sensibilidade, algumas das expressões imortais do nosso genio lirico, provindo dos confins desta linguagem, e em que ele realizou naturalmente, tão naturalmente como as flores rescendem e as estrelas brilham, a mais casta e mais ardente, a mais adorada das poesias — uma poesia que encerra este milagre de encantar, segundo a subtil observação de Eça de Queiroz, as pessoas mais simples e as mais saturadas de critica; uma poesia escrita com palavras de toda a gente, e sempre nova; enfim, uma poesia constantemente original e nunca excentrica.

O recorte de jornal, com esta notícia, encontra-se no espólio da Biblioteca Municipal de Leiria Dr. Afonso Lopes Vieira, mas não está datado, nem identificada a fonte (BMLALV, B37, n.º 33336). À nota da admiração de Lopes Vieira por João de Deus pode acrescentar-se a existência de um quadro com reprodução do desenho de João de Deus feito pelo próprio poeta, acompanhado da seguinte legenda: "A palavra a proposito e sensata / É prova de ouro marchetada a prata." (BMLALV, B82, n.º 33656). É também deveras interessante, e significativa do empenhamento estético de Lopes Vieira, a polémica por ele desencadeada à volta de um pretenso monumento a João de Deus, por volta de 1909, projeto ridicularizado pelo poeta, dada a sua vulgaridade. Conseguiu agremiar à sua volta vários intelectuais da época, entre os quais se deve destacar Manuel Teixeira-Gomes, e avançou daí para a constituição de uma comissão executiva que havia de conduzir à cruzada em favor das escolas maternais pelo método de João de Deus (*vide esp. da BMLALV, R, I: fs. 38v., 40r. e v.*).

A campanha cívica prossegue e Lopes Vieira oferece um soneto inédito "A João de Deus" [JD], publicado pela ed. França Amado em Abril de 1911³, como colaboração pessoal para a inauguração do Jardim-Escola em Coimbra. Aí se enaltece o poeta e a sua Cartilha, mas sobretudo o ideal de pureza contido nas crianças, potenciais construtores de um outro Portugal: "[...] Em João de Deus amemos as esperanças / melhores que temos — pois são as crianças / que inda hão de fazer belo Portugal..." (Vieira 1911 [JD: f. 3]).

É à procura dessa esperança ou promessa dum Portugal outro, diferente do descaracterizado e desnacionalizado mundo adulto, que Afonso Lopes Vieira se posiciona apaixonadamente perante uma nova demanda, desta feita por amor das crianças portuguesas. Como ele, outros autores de renome da época participam na

³ No espólio da BMLALV [A11, n.º 32107/32451] há dois folhetos com este poema de Afonso Lopes Vieira.

colecção da *Biblioteca das Crianças*, organizada por Marques Júnior, e publicada entre 1898 e 1919: Sousa Viterbo, D. Carolina Michaëlis, Teófilo Braga, Albino Forjaz de Sampaio, Júlio Brandão, D. João de Castro, Gomes Leal.

Ester de Lemos, num estudo pioneiro sobre a literatura infantil em Portugal (Lemos 1972: 18), considera este período fundamental no desenvolvimento e aceitação das produções para crianças como um género autónomo e importante:

*[...] Apesar do interesse comercial que já começava a apresentar, a literatura infantil era considerada — e sê-lo-ia por algumas décadas ainda — não como subgénero ou, antes, literatura menor, mas como trabalho de maior projecção e nobreza — uma espécie de cruzada, na qual se honravam de participar os espíritos mais graves e mais cultos.
[...]*

A DATADA E INTEMPORAL CRUZADA PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

Sobre essa nova cruzada de Afonso Lopes Vieira, a obra escrita consciente e empenhadamente para a infância e juventude, deve delinear-se um processo de amadurecimento que parte da poesia como música, onde se canta a natureza em geral e a natureza de Portugal (Camões e os Descobrimentos, Gil Vicente, Santo António), para chegar à restituição da força anímica de cavaleiro andante, modelo ideal a fazer frutificar dentro de todos os rapazes portugueses. O processo de escrita envolvido neste bloco do programa de intervenção de Afonso Lopes Vieira evidencia uma linha etária diferenciada de destinatários: começando na mais tenra infância, quando a poesia é ainda a voz cantada da mãe, dos avós, ou dos educadores, para chegar até à mocidade, em busca de referentes e modelos de ação cívica para o futuro.

Mas foi através desta gestação e amadurecimento teóricos sobre a educação, as crianças e as escolas – o seu todo estético – que a obra poética para a infância e juventude de Lopes Vieira se constituiu como um contributo sobretudo estético e com finalidades pragmáticas. Da poesia ao drama, dos contos à música, sem esquecer a aventura do cinema e do teatro de fantoches para a infância, a imersão do escritor na literatura e na educação infantil foi profunda e completa, revolucionária para a época e antecipatória de alguns preceitos que a modernidade encontrou e hoje procuramos tornar viáveis.

Resta saber se o que encontramos na obra de Lopes Vieira, para a infância e para a juventude, corresponde ao sentimento de gratidão saudosista por um tempo de formação definitivamente ultrapassado, sentimento frequente entre os mestres-escola que se serviram destes livros para as várias práticas pedagógicas. O mesmo sentimento que Teixeira Gomes tinha descrito na elogiosa crítica feita na imprensa aos *Animais Nossos Amigos*, "A Educação pela Arte", em 1911:

[...] mais tarde, os homens feitos verificarão que a fonte do seu mais puro goso espiritual se alimentou em grande parte das imagens e nos poemas d'esse prodigioso companheiro de infancia. E não podendo recordar exactamente nem as gravuras nem as canções do velho livro esquecido, elles experimentarão, ao tentar reconstituil-as, um prazer infinitamente subtil, só comparavel áquelle que produzem essas figuras que a imaginação, ainda melhor do que os olhos, descobre, completa e anima, nas velhas tapeçarias puidas — que representarão n'este caso os fastos da sua infancia.

(Gomes 1911)

A esse respeito a distância de um século não atira Afonso Lopes Vieira para o esquecimento — continua a aproximá-lo dos nossos dias e atribui-lhe um lugar imprescindível na História da Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Almeida, Virgínia de Castro e [1912]. "Chronica literaria". sl. sd. [in espólio BMALV, *Rememorações*, I: f. 90v.]
- Barros, João de (1911). *A Nacionalização do Ensino*. Ferreira eds. sl.
- Campos, Agostinho de (1916). "Escola e Região". In *Comercio do Porto*. 5 de Julho de 1916. [R, I: f. 117v.]
- Deus, João de (1876). *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. typ. de A. J. da Silva Teixeira, Porto.
- Ferro, Túlio Ramires (1984). "Os Problemas da Educação na Literatura Portuguesa do século XIX". In *Afecto às Letras, Homenagem da Lit. Port. Contemporânea a J. do Prado Coelho*. IN-CM. Lisboa. pp. 637-46.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1986). *A Educação Infantil em Portugal*. C. de Psicopedagogia da U. de Coimbra. INIC. Coimbra. 2.^a ed.
- Gomes, Manuel Teixeira (1911). "A Educação pela Arte". In *Lucta*. 1911.
- Junqueiro, Guerra [1881] (1978). *Contos para a Infância. Escolhidos dos melhores autores*. il. de Laura Costa. Lello & Irmão. Porto.
- Lemos, Ester de (1972). *A Literatura Infantil em Portugal*. Exposição de Livros Infantis — 16 a 31 de Outubro. Ciclo de conferências sobre Literatura Infantil. Ministério da Educação nacional. Dir.-Geral da Educação Permanente. Lisboa.
- Nobre, Cristina, (2005). *Afonso Lopes Vieira. A Reescrita de Portugal*, vol. I e *Inéditos*, vol. II. col. temas portugueses. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa.
- Queirós, Eça de (sd.). "Literatura de Natal" in *Cartas de Inglaterra (1877-1882)*. Obras de Eça de Queiroz, vol. II. Lello & Irmão. Porto, pp. 524-7.
- Ribeiro, Casal e Castilho, Ant. Feliciano (1859). *Cartas sobre as Escolas Populares. A Benefício das Escolas da Associação Promotora da Educação Popular*. Typ. Universal. Lisboa.
- Sérgio, António, (1916). *Cartas sobre a educação profissional. Educação Profissional na Casa das Crianças e na Escola Primária*. escr. ao dire. da Academia de Estudos Livres. "Bib. da Educação". ed. da "Renascença Portuguesa". Porto.
- Vieira, Afonso Lopes, (1910) [PPP] *O POVO E OS POETAS PORTUGUESES*. Conferência lida pelo autor no teatro D. Maria II em 12 de Janeiro de 1910. Typ. "A Editora". Lisboa.
- (1911). [JD] *A JOÃO DE DEUS*. Na inauguração do Jardim-Escola. ed. França Amado. Lisboa.
- ___ (1911). [ANA] *ANIMAIS NOSSOS AMIGOS*. Ilust. de Raul Lino, grav. de P. Marinho, Livr. Ferreira, Lisboa.
- ___ [1911]. [HC] *HINO A CAMÕES. Para as crianças portuguesas*. Lisboa, sd.
- ___ (1912). [BM] *BARTOLOMEU MARINHEIRO*. Ilust. de Raul Lino, Lvr. Ferreira, Lisboa.
- ___ (1912). [CI] *CANTO INFANTIL*. Mus. de Tomás Borba, il. de Raul Lino, grav. de Th. Bordalo Pinheiro, Tip. 'A Editora', Primavera, Lisboa.
- ___ (1912). "As nossas creanças". In *A Capital*, n.º 544, 2.º ano, 4 de Fevereiro.
- ___ (1916). *Carta à Sociedade de Estudos Pedagógicos*. sobre a "Decoração das Escolas Portuguesas", Boletim da S. E. P., Lisboa, Abril.
- ___ (1920). "Carta ao sr. ministro da instrução, dr. João de Deus Ramos". In *Diário de Notícias*, 14 de Fevereiro [in esp. BMLALV, *Rememorações*, I: f. 127v.].
- ___ (1922). [DG] *EM DEMANDA DO GRAAL*. Soc. ed. Portugal-Brasil, Lisboa.